

O ENSINO DE MÚSICA NO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA/RS (1938-1945): VESTÍGIOS E DELINEAMENTOS DE UMA CULTURA ESCOLAR

TEACHING MUSIC IN THE SCHOOL GROUP FARROUPILHA / RS (1938-1945): TRACES AND OUTLINE OF A SCHOOL CULTURE

Deise da Silva Santos **1**
José Edimar de Souza **2**

Resumo: Este artigo tece uma narrativa acerca do ensino de música do Grupo Escolar Farroupilha considerando vestígios e indícios de uma cultura escolar evidenciadas em fontes documentais e fotográficas, provenientes de acervos públicos e também particulares. O recorte temporal do estudo é de 1938, ano em que é inaugurado um novo prédio da instituição, até 1945, quando o Estado Novo termina. Possuindo caráter histórico, análise documental é desenvolvida a partir da perspectiva da História Cultural. Desse modo, identifica-se que as práticas de ensino musical estiveram relacionadas ao contexto das festividades, através de números musicais envolvendo o canto e os bailados. Embora a pesquisa tenha um enfoque local, o estudo traz aspectos de como o projeto do Canto Orfeônico de certa forma alcança o Rio Grande do Sul, onde o ensino musical é implantado, através da legislação, com o objetivo de prática vocal.

Palavras-chave: Farroupilha/RS. Ensino de Música. Grupo Escolar Farroupilha. Cultura Escolar.

Abstract: This article weaves a narrative about the teaching of music of Grupo Escolar Farroupilha considering traces and indications of a school culture evidenced in documentary and photographic sources, coming from public and also private collections. The time frame of the study is from 1938, the year in which a new institution building was opened until 1945, when the Estado Novo ended. Having a historical character, documentary analysis is developed from the perspective of Cultural History. Thus, it is identified that the musical teaching practices were related to the context of the festivities, through musical numbers involving singing and dancing. Although the research has a local focus, the study brings aspects of how the Canto Orfeônico project in a certain way reaches Rio Grande do Sul, where music teaching is implemented, through legislation, with the objective of vocal practice.

Keywords: Farroupilha/RS. Music Teaching. Farroupilha School Group. School Culture.

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, com bolsa CAPES. Professora da Rede Municipal de Farroupilha. Integra o GRUPHEIM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3693254783408309>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7195-1178>. E-mail: deise.musica@live.com **1**

Doutor em Educação, Professor dos Programas de Pós-graduação em Educação e História da Universidade de Caxias do Sul. Vice-líder do GRUPHEIM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3693254783408309>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1104-9347>. E-mail: jesouza1@ucs.br **2**

Introdução

O estudo trata de uma investigação¹ realizada no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Farroupilha, sobre o Grupo Escolar Farroupilha² (GEF). Tendo como objeto de estudo o ensino de Música ali desenvolvido, a pesquisa é realizada em um recorte temporal que contempla um período em que a música ocupa lugar de destaque nas salas de aula, devido à sua importância dentro do processo nacionalista do período da Era Vargas. O ensino musical naquela época assumia o nome de Canto Orfeônico, projeto em nível nacional, impulsionado pelo compositor Villa-Lobos.

O Canto Orfeônico era considerada como meio de formação moral e intelectual, além de ser uma das maneiras mais competentes de trabalhar o patriotismo no povo (BRASIL, 1934). Essa proposta de ensino se consolidou especialmente devido ao momento político pelo qual o país passou nas décadas de 1930 e 1940. Getúlio Vargas, após a Revolução de 30, tornou-se presidente da República e, novamente, pelo resultado da votação da Assembleia de 1934. Entretanto, a partir de 1937, seu governo adquire caráter ditatorial, através de um Golpe Militar. O próprio Vargas denominou seu período de gestão de “Estado Novo” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009). Como as práticas do canto orfeônico contemplavam a propaganda do civismo, além do ensino musical através do canto-corais, pode-se afirmar o interesse do próprio governo pela propagação do ensino do canto orfeônico. O recorte temporal é do início de 1938, ano em que é inaugurado o prédio da instituição, seguindo até o ano de 1945, data em que finda o Estado Novo. Além disso, o período também possibilita um olhar às práticas do canto orfeônico, que pela relação próxima aos objetivos do projeto nacionalista, incorporava em suas canções tais características, como o próprio hinário do período indica, por exemplo. Ressalta-se a relação com o projeto nacionalista, devido ao contexto de aplicação da pesquisa: uma região de colonização italiana.

O município de Farroupilha está localizado na Encosta Superior do nordeste do Rio Grande do Sul. As primeiras iniciativas de escolarização nessa comunidade se misturam com a história do município, que considera a sua trajetória a partir do processo de colonização do século XIX, os primeiros tempos da imigração italiana. Em 1875, é registrada a chegada dos primeiros imigrantes italianos a Nova Milano, hoje, distrito de Farroupilha (SANTOS; SOUZA, 2019).

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho foi compreender como se desenvolveu o ensino de música no GEF, entre os anos de 1938 e 1945, considerando as relações de contexto e a influência das características locais no delineamento de um fazer musical, de uma cultura escolar.

Ao abordar a categoria de análise da cultura escolar, Vinão Frago (1995) a considera como todo o emaranhado que tece o processo escolar em seu cotidiano. Concepção que inclui: tempos, espaços, sujeitos, práticas, hábitos, a materialidade, funções, os usos, modos e formas agir, pensar, falar e escrever. Para o autor, ela contempla todo o sistema presente no cotidiano desse ambiente de aprendizagem, é tudo que perpassa o espaço da escola, e se inserem nessa perspectiva inúmeras faces do processo escolar, desmembrando o próprio conceito de cultura escolar em subcategorias, como: tempo e espaço, por considerar esses aspectos mais relevantes.

Para Juliá (2001), a cultura escolar representa um conjunto de regras a serem respeitadas, que estabelecem e delineiam os saberes e modos de agir a serem ensinados e repetidos, além de ser um conjunto de ações que permeiam e permitem a transmissão desses conhecimentos, seriam ainda “normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001, p. 10-11).

Todas as maneiras de agir, inseridas dentro das culturas, podem ser consideradas práticas. Ao pesquisá-las, retomando o passado, é necessário compreender as limitações da pes-

1 Esta investigação contou com apoio da CAPES e está vinculada aos projetos: Modos de Organizar a Escola Primária no RS (1889-1950) - histórias, memórias e práticas educativas. Processo número: 405151.20160 - CNPq e Projeto - Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha: práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035 – FAPERGS.

2 Atualmente a instituição é denominada Colégio Estadual Farroupilha.

quisa, pois o passado em si, obviamente, não é passível de ser estudado na sua totalidade, o que analisamos são as representações construídas das práticas desse passado. É através da análise das representações que se busca a aproximação do “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16).

O percurso de pesquisa envolveu a coleta e análise dos dados, bem como o esforço em transformá-los em resultados científicos passíveis de serem validados. Como bem observa Nóvoa (2014), esse processo também pode ser considerado uma criação artística, pois, englobando todos os princípios éticos e científicos adequados, é um processo comunicativo que comporta a subjetividade, e por que não a criatividade. Além disso, também está condicionado à acessibilidade das fontes que estiveram à disposição, de modo que, em outro momento, com outras evidências, seria possível estabelecer outros olhares e interpretações.

Assim, para compreender como se organizava o ensino de música no GEF, entre o período de 1938 até 1945, foram utilizadas e analisadas como fontes: documentos oficiais (legislações e programas de ensino), documentos normativos escolares (Caderno de Registro de Avaliações, Livros de Matrículas, Livros de Atas do CPM, entre outros), além de fotografias do período estudado³.

Os documentos foram compreendidos como resultado de produção humana. Assim, não são fontes prontas por si mesmas, que anunciam e asseguram verdades absolutas. São pis-tas, indícios que trazem consigo memórias. Conforme observa Medeiros (2012, p. 182), um documento é “[...] memória no papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena”... Como essa tinta foi produzida? Qual tipo de letra? Por quem e para quem foi produzido? O registro escrito é produto de uma época e de uma sociedade, “não é qualquer coisa que fica por conta do passado” (LE GOFF, 1990, p. 545). É um resultado de produção humana, fruto de relações de poder e de escolhas.

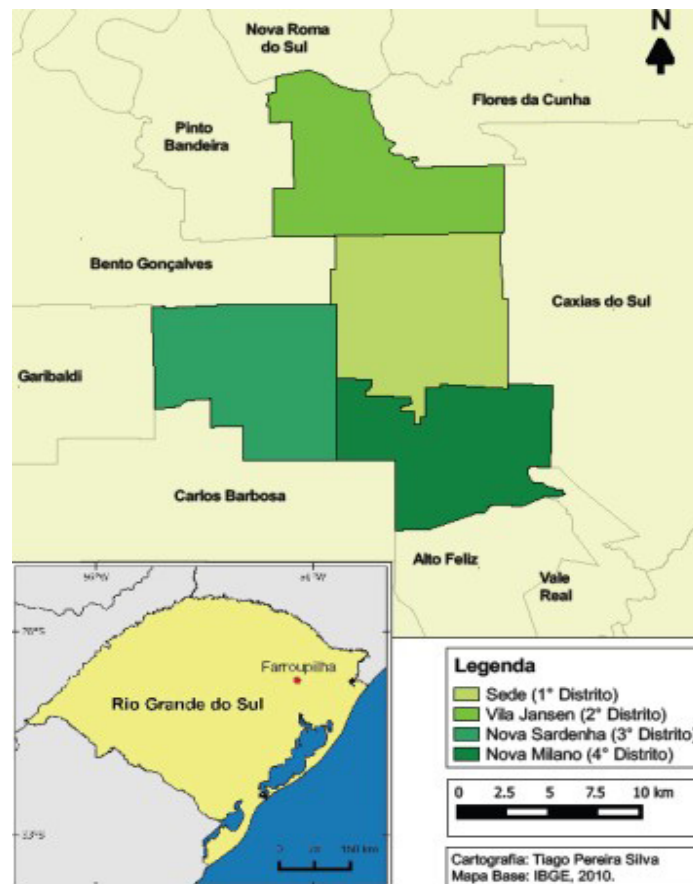
Farroupilha/RS e a presença da música

A história de formação de Farroupilha está atrelada aos primeiros movimentos migratórios italianos no Rio Grande do Sul. O território que hoje pertence ao município fazia parte de uma longa faixa de terras cobertas pela mata nativa e consideradas com quase nenhum grau de ocupação populacional. Pertencendo a região das Matas na Encosta do Planalto, região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, as terras que foram entregues aos imigrantes tinham limite com as colônias alemãs, ao sul, e com os Campos de Cima da Serra, ao norte.

Farroupilha, emancipado em 11 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº 5.779, recebeu este nome em homenagem ao Centenário da Revolução Farroupilha que seria comemorado no ano seguinte. O território que constituiu o município foi resultado da união de quatro distritos da região: Nova Vicenza e Nova Milano, respectivamente 3º e 6º distritos de Caxias; Nova Sardenha (9º distrito de Montenegro) e Jansen (3º distrito de Bento Gonçalves). Essa divisão geográfica segue até os dias atuais, como se pode observar no mapa a seguir:

3 Vários foram os acervos acessados para a constituição do corpus empírico da pesquisa: Museu Municipal Casa de Pedra de Farroupilha, Arquivo Municipal Histórico João Spadari Adami (Caxias do Sul), Biblioteca Municipal de Farroupilha e a Hemeroteca Nacional, além do Arquivo do Colégio Estadual Farroupilha e arquivo da Biblioteca Euclides da Cunha do Colégio Estadual Farroupilha.

Figura 1. Município de Farroupilha - Divisão distrital



Fonte: Fernandes (2015, p. 19).

Após a emancipação, a organização dos distritos ficou definida como: Farroupilha – Sede (1º distrito), Vila Jansen (2º distrito), Nova Sardenha (3º distrito) e Nova Milano (4º distrito).

No ano de 1934, período que obteve sua emancipação política, o município possuía cerca de 12.500 habitantes. Contava, em sua sede, com pouco mais de “200 prédios, 31 indústrias e 45 casas” (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL’OSBEL, 1993, p. 47), um cenário bem diferente dos primeiros tempos da colônia. A situação inicial apresentada para os imigrantes foi desafiadora, entretanto, não foram somente as lembranças que vieram em suas malas. A cultura de saberes e conhecimentos muito os beneficiou nas novas terras, como o domínio do saber do cultivo de parreiras, produção de vinho, queijo, manteiga, preparação da carne em derivados (TRENTIN, 2002).

Farroupilha possuía lugar de destaque na produção de vinho na zona colonial italiana, sendo o principal produto de exportação. Além disso, o município, em um levantamento realizado nos anos de 1942, 1946 e 1948, manteve-se em quarto lugar na quantidade de litros produzidos, ficando atrás somente de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (SANTOS, 2017).

Sobre os aspectos políticos, no ano em que o município é emancipado, Armando Antonello é nomeado o primeiro prefeito provisório de Farroupilha. Em novembro de 1935 ele concorreu como único candidato e foi eleito prefeito do município. Em 1937 implanta-se a política do Estado Novo em nível nacional. Vargas anuncia uma nova Carta Constitucional que passa a vigorar. O país fica sob Estado de Emergência, até que fosse realizada uma consulta pública sobre a Carta Constitucional. O Congresso foi fechado, as câmaras municipais e assembleias estaduais foram dissolvidas, ficando sob a responsabilidade do presidente designar interventores. O plebiscito previsto na Carta Constitucional de 1937, que permitiria também a eleição do novo parlamento, nunca ocorreu. O Estado de Emergência durou até 1945, com Getúlio Vargas

governando através de decreto-lei (HORTA, 2010).

Neste contexto, Armando Antonello, que havia sido nomeado prefeito interino de Farroupilha e depois eleito em 1935, tem sua gestão finalizada em 1937, ano em que é instaurado o Estado Novo. Em seu lugar assume Capitão Eudoro Lucas de Oliveira. A sequência de sucessão de prefeitos do município foi organizada no quadro abaixo, no intuito de conhecer e compreender as influências destes gestores no contexto educacional de Farroupilha.

Quadro 1. Prefeitos de Farroupilha (1934-1947)

Prefeito	Período frente à administração
1º Armando Antonello	11.12.1934 a 17.12.1937
2º Capitão Eudoro Lucas de Oliveira	17.12.1937 a 10.07.1940
3º Tenente Januário Dutra	10.07.1940 a 17.12.1940
4º Nelson T. Schneider	18.12.1940 a 23.02.1942
5º Antonio Pedro Pinto	24.09.1942 a 30.12.1944
6º Dr. Raul Cauduro	30.12.1944 a 26.04.1947

Fonte: Montegutti, Glacamel, Dall’Osbel (1993, p. 48-51).

O primeiro prefeito eleito de Farroupilha, após o fim do Estado Novo, é José Baumgartner, que esteve na gestão do município de 1947 a 1951 (TRENTIN, 2002).

Acerca dos costumes de sociabilidade, O *footing* foi uma prática cultural presente nas primeiras décadas do século XX em Farroupilha. Consistia em um passeio a pé de ida e volta para os jovens se verem. Há a indicação de ser uma prática recorrente e aceita socialmente, visto que ocupou o espaço de notícias de jornais no período. Na edição de novembro de 1927 do Jornal Federação, de Caxias do Sul, em uma de suas colunas, um artigo intitulado *As Vantagens do “Footing”* explica que:

O footing é um desporto elegante que, como muitos outros, endurece os músculos das pernas, impedindo o ankylosamento. Para a parisiense, como para a mulher de qualquer canto do globo, esse desporto torna-se agradável a todos estados e a todas as bolsas. Condiz com o humor contemplativo do poeta, com a alegria exuberante da criança, com a melancolia dos desiludidos, com a doce conversa íntima do namorado que caminha sem ver onde anda. O footing é eminentemente propício a conversa e se é avisada escolher com muito cuidado o vestido que se deve usar, tanto deve ter na escolha do companheiro [...] É aflitivo o contraste entre a beleza e a fealdade [...] (JORNAL FEDERAÇÃO, 1927).

O texto, direcionado às mulheres, ressaltava a importância de tal momento, assim como dava instruções sobre como se vestir na ocasião e a forma de escolher a melhor companhia.

Acerca dos espaços de sociabilidade da Vila, resalto a presença do Café América. Junto ao local, havia uma cancha de bolão e, na parte superior, um salão de festas, utilizado para bailes e festas. O local, que servia lanches e bebidas fazia parte da vida cultural do município (TARTAROTTI, 2014).

As antigas formas de sociabilidade praticadas na Itália influenciaram os hábitos e reuniões desenvolvidos pelos imigrantes na RCI. De acordo com Ribeiro e Constantino (2005), “as festas e os *filós* são os eixos sobre os quais se estruturou, de início, a sociabilidade dos habitantes da Serra Gaúcha” (RIBEIRO; CONSTANTINO, 2005, p. 149).

O *filó* realizava-se à noite, especialmente, aos sábados. Era uma reunião entre vizinhos,

parentes e/ou amigos, em que havia uma intensa troca cultural em razão da diversidade de costumes regionais. Realizados em ambientes caseiros, nas próprias casas dos imigrantes, os espaços destinados aos *filós* eram variados: paiol, cozinha, porão ou mesmo ao ar livre.

O filó revelava, pois, a interdependência individual e grupal e se constituía como um fator de coesão do grupo. Sob o aspecto cultural é interessante notar que essas reuniões eram animadas por cantos populares de matriz tradicional. Comentavam-se o tempo, a colheita, os eventos mais importantes da comunidade (RIBEIRO; CONSTANTINO, 2005, p. 150).

De acordo com Battistel, Costa e Posenato (1982), os assuntos que conduziam as reuniões estavam ligados ao cotidiano de seus participantes: trabalho, negócios, namoros, comida, fé, entre outros. Atividades como contar histórias, jogar cartas, remendar as roupas e cantar são tradicionalmente associadas aos filós, além de eventuais “bailezinhos”, da dança e a presença do canto acompanhado, ou não, por instrumentos musicais⁴. Sem esquecer, ainda da presença de comidas e bebidas produzidas por seus participantes e por eles compartilhadas com todos⁵. Ribeiro e Constantino (2005) interpretaram o *filó* mesmo com uma forma de “resistência à experiência da solidão e do desenraizamento” por parte dos imigrantes (RIBEIRO; CONSTANTINO, 2005, p. 150).

Os conhecimentos que acompanharam os italianos desde suas terras, desde além mar, eram constituídos também por canções, sejam de uso diário, religioso ou festivo. E, mesmo não havendo em seu contexto as mesmas experiências, do seu jeito, mantinham e recordavam suas vivências. Fossem óperas, canções religiosas ou populares, a presença do canto no dia a dia se sobressaía, fosse no trabalho, em casa ou nos terços, ou, como aborda Gardelin (1975, p. 332), “na zona rural da região de colonização italiana, nenhuma festa é completa se nela não se cantar e cantar muito”. Além disso, comemorações familiares, como batizados e casamentos, eram embaladas pelos cantos e também instrumentos, com evidência para a presença da gaita. Battistel, Costa e Posenato (1982, p. 215) chegaram a afirmar que festa era a liturgia que se fazia presente em toda a vida italiana.

Há anos era bastante comum ouvir, nas roças, durante o trabalho, os membros duma família cantar. Em certos distritos e municípios a canção popular é executada muito mais que em outros. A vindima é uma época para boas canções, embora se deva notar que muitíssimo se perdeu nesse sentido (GARDELIN, 1975, p. 332).

As canções foram transmitidas oralmente, sofrendo diversas alterações, enquanto melodia, letra e mesmo a influência do idioma português (GARDELIN, 1975). De forma geral, as festas presentes na comunidade italiana tinham grande influência do calendário litúrgico católico (BATTISTEL; COSTA; POSENATO, 1982). Festas de comunidade, ocorridas muitas vezes ao redor das capelas, tinham um forte viés comunitário, as quais eram um resultado da colaboração de toda população participante, na oferta de bebida, comida e atrações. A presença da fé na cultura italiana pode ser considerada uma das principais características desse grupo. No universo religioso, a função da música se sobressai, configurando parte importante no cotidia-

4 “O filó era uma festa importante, porque, nele, às vezes, fazia-se um bailezinho, inventava-se alguma coisa, havia gaita: um tio meu tinha uma gaita de fole e quando ia nas famílias, dançavam e se divertiam” (BATTISTEL; COSTA; POSENATO, 1982, p. 272).

5 A dona da casa, como cortesia e à guisa de retribuição, oferecia batata-doce cozida no forno, suquecote [abóbora cozida], pinhões, i miquet [pipocas], amendoim e vinho. No inverno era oferecido el vin cot – uma espécie de quentão (RIBEIRO; CONSTANTINO, 2005, p. 150).

no desse povo. Seu lugar estava garantido na missa, no canto do terço, tanto naquele realizado dentro da instituição católica quanto na prática diária e caseira das famílias de entoar suas orações: “sempre se cantava o terço, porque essa era a coisa mais necessária” (BATTISTEL; COSTA; POSENATO, 1982, p. 496).

Não somente as práticas religiosas, mas a forma de conduzir o fazer musical, são dinâmicas que têm sua raiz em atividades inspiradas e baseadas em um fazer que antecede as práticas que foram sendo realizadas e instituídas na colônia e isso terá repercussão no grupo escolar, pois, “especialmente os músicos traziam uma cultura musical gregoriana, de inspiração religiosa, peculiaridade da Igreja, o que evidencia também a ação da Igreja no cultivo da arte musical” (BATTISTEL; COSTA; POSENATO, 1982, p. 47). Em algumas igrejas, havia a presença do mestre do canto, figura que seria responsável pela condução das vozes na hora de cantar.

Ainda sobre os aspectos culturais, ressalto a presença de bandas no contexto da RCI. De acordo com Luchese (2015), as bandas estavam presentes no meio urbano, mas também nas zonas rurais. A participação social estava designada à vida cultural da comunidade, apresentando-se em ocasiões como “datas cívicas, festividades religiosas ou escolares e no recebimento de autoridades políticas e religiosas” (LUCHESE, 2015, p. 93).

A presença de bandas em Farroupilha ainda não foi tópico de estudos científicos, estando presentes em alguns livros de memórias. Na época em que Nova Milano era distrito de Caxias, em 1922, há uma imagem que retrata uma banda que pertencia à localidade.

Figura 2. Banda Santa Cecília - Nova Milano (Década de 1920)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra, Farroupilha/RS.

A imagem retrata o padre Albino Agazzi ocupando o centro, com os músicos e seus instrumentos ao seu redor. Embora não exista outras informações acerca dessa banda e das relações ali estabelecidas, conjecturo que o trabalho realizado pelo Padre Albino Agazzi tenha sido semelhante ao do Padre Agostinho Ghislene, na comunidade de Caravaggio.

O Padre Agostinho Ghislene, que esteve presente na comunidade de 1927 a 1930 (GASPERIN, 1989), iniciou em 1927 uma banda na comunidade de Caravaggio. Deco (1994) afirma que a banda iniciada em Caravaggio pelo padre foi motivada pelo término de outra banda da região, organizada pelos irmãos Giuseppe e Antonoi Menta. Após os irmãos e outros integran-

tes mudarem-se da região, a banda de Caravaggio foi fundada com os ex-integrantes e novos participantes. O padre Ghislene foi maestro da banda enquanto esteve na comunidade.

Figura 3. Banda de Música de Caravaggio (1927)



Fonte: Acervo particular de Rita Vicelli (1927).

Na fotografia, o padre está sentado no centro, com os músicos dispendo seus instrumentos. Assim como na banda de Nova Milano, são instrumentos de sopro acompanhados por um tambor. Na fotografia, foi possível identificar somente o padre Ghislene e o músico Pietro Sebastiano Vicelli, que está na primeira fila de cima, o terceiro da esquerda para a direita.

Os festejos religiosos tinham na comunidade italiana grande receptividade, sendo um espaço de intensa sociabilidade. De acordo com Ribeiro e Constantino (2005), tais festejos adquiriam relevância tanto nas áreas urbanas como no interior, onde a “procissão com seus estandartes, a banda de música, a roupa festiva, os jogos, a dança, os rituais de cortejamento, tudo ali contribui para a experiência humana, especialmente em sua dimensão coletiva” (RIBEIRO; CONSTANTINO, 2005, p. 149).

O Grupo Escolar e o ensino de música: vestígios de uma cultura escolar

Sobre a produção de estudos acerca da escolarização de Farroupilha, foram realizados três estudos importantes até o momento. O dois primeiros se referem a dissertação e tese de Gisele Belusso (2016; 2020), que na sua dissertação caracteriza o processo de constituição do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS; enquanto na tese aborda a temática do município pedagógico para investigar a escolarização em Farroupilha. A terceira pesquisa é de Cassiane Fernandes (2015), que também analisa o GEF, em outro recorte temporal e na pesquisa da história das instituições escolares.

Um movimento para que fossem construídos prédios próprios para escolas iniciou em São Paulo em 1893, através dos Grupos Escolares. No Rio Grande do Sul, essa instituição escolar ficou conhecida como Colégio Elementar, implantado inicialmente em Porto Alegre, na capital, a partir de 1909. Para Souza (2020), a partir de 1915 a nomenclatura dos grupos

escolares passou a ser utilizada para denominar as escolas elementares. Essas instituições foram instaladas principalmente em centros urbanos, com edifícios próprios ou que foram adaptados. Símbolo de renovação do ensino, a organização em moldes da escola graduada se opunha a escola regida por um só professor, possuindo, na maioria das vezes, um quadro de professores normalistas.

Acerca da constituição histórica do GEF, ele é estabelecido a partir da junção das escolas isoladas 5ª Aula Pública e Mista e 22ª Aula Pública e Mista, de Nova Vicenza. As escolas isoladas desempenharam um importante papel na constituição histórica das escolas, especialmente durante o início do século XX. Nas escolas isoladas, um único professor era o responsável por ensinar para diferentes classes de alunos, em um mesmo espaço, uma sala. Da união dessas duas instituições, foi criado o Grupo Escolar Rural Nova Vicenza, em 1927, o qual, onze anos depois, em 1938, teve um novo prédio próprio inaugurado, com estrutura mais qualificada e com maior capacidade, sendo este o atual prédio do colégio, no centro do município.

Sobre a nomenclatura da instituição, a partir de 1933, o nome Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza é alterado para Grupo Escolar de Nova Vicenza. Gasperin (1989) aponta outra etapa desse processo, na qual a instituição também teria sido intitulada de Irene Guerra Flores da Cunha (GASPERIN, 1989). No entanto, como salienta Fernandes (2015), apesar de não haver indicações claras sobre essas alterações de nomes, a autora apresenta uma reportagem que corrobora a mudança.

Em 1937, ocorreu a mudança na denominação da escola, intitulada, então, como Grupo Escolar de Farroupilha, e assim segue até 1943. O Decreto nº 1.399, de 20 de dezembro de 1944, modifica novamente o nome da instituição para Farroupilha, o qual perdura até 1978, quando se transforma em Escola Estadual de 1º Grau Farroupilha (FERNANDES, 2015).

A música utilizada na disciplina do Canto Orfeônico não dependia da escolha do professor. Com orientações bem específicas, Villa-Lobos indicava o uso de composições de autores de renome e canções folclóricas. O caráter erudito que algumas peças possuíam não era ao acaso, pois o compositor via na disciplina a possibilidade de “divulgar a cultura musical erudita às camadas populares que até então não tinham tido essa oportunidade” (MONTEIRO; SOUZA, 2003, p. 124), associando o objetivo estético ao cívico.

No contexto brasileiro, o fato de o projeto do Canto Orfeônico⁶ ter alcançado êxito em nível nacional é atribuído à figura de Villa-Lobos. Entretanto, os primeiros trabalhos realizados com esse tipo de organização musical o precederam, fazendo jus à gênese do movimento. Desde o princípio, objetivo dessa prática no contexto escolar não era formar músicos profissionais, mas alfabetizar musicalmente as crianças.

Sobre o trabalho desenvolvidos nas escolas no contexto gaúcho há indicação legal através do Decreto nº 1.575⁷, que postula o Regimento Interno dos Colégios Elementares, através do 9º artigo, inciso IV, que indica que “o ensino de música vocal ocupará uma hora por semana, independente dos exercícios de canto, efetuados diariamente [...] na entrada das aulas” (RS, 1910). Tal determinação foi mantida, posteriormente, no Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927, que tratava do regimento das instituições de ensino público do estado (RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 541). Em ambos os textos não há maiores determinações ou orientações acerca do ensino musical.

Souza (2008) aponta o orfeão como um dos novos espaços que vão compor o ambiente de aprendizagem dos grupos escolares, além da biblioteca e jornal infantil, clube agrícola, cinema educativo, horta, associação de pais e mestres, entre outros. Lembrando que, junto a esse conjunto, o sistema de ensino desse formato de instituição escolar é baseado na organização serial do ensino, o emprego e o cumprimento de programas, a avaliação e a disciplina dos alunos (SOUZA, 2008, p. 49). Tais mudanças estavam associados ao movimento da Escola Nova, que visava a uma reconfiguração do espaço escolar, com alterações que direcionavam o

6 Para maiores informações acerca dos primeiros tempos do canto orfeônico no Brasil, indico o estudo de Renato Giglioli (2003) “Civilizando pela música”: A pedagogia do canto orfeônico na escola paulista da Primeira República (1910-1930).

7 Referente ao primeiro ato legislativo educacional, a primeira regulamentação “do ensino no Rio Grande do Sul após promulgação da República foi o Decreto nº 89 de 1897 (BRASIL, 1897), expedido por Júlio de Castilhos, então presidente do estado” (AMARAL; WEIDUSCHADT; CASTRO, 2016).

envolvimento maior do Estado na educação associada à ideia da constituição de uma consciência nacional.

Uma nova “liturgia” escolar, centrada numa dimensão cívico-nacionalizadora, impõe a formalização das práticas escolares, com o objetivo de inculcar o valor da ordem e da disciplina no ambiente escolar. O ideal de escola pretendido, o modelo a universalizar é aquele que espelha a disciplina, a eficiência e a ordem! (BASTOS; TAMBARA, 2014, p. 378).

Com a presidência sendo assumida por Getúlio Vargas em 1930, a campanha nacionalizadora ganharia expressividade em território brasileiro, especialmente no período do Estado Novo. O clima de nacionalismo que passa a reinar no país eleva a importância do ensino da música, considerada com um potencial formador. Dentro desse processo de controle e persuasão social, passa a ser reconhecida como “um dos principais veículos de exaltação da nacionalidade, o que veio determinar sua difusão por todo o país” (LOUREIRO, 2003, p. 55). O uso do canto na educação como instrumento propagador do nacionalismo não é uma prática exclusiva da história, tendo sido utilizado em outros países da Europa.

Tendo em vista o panorama apresentado, na década de 1930, o canto orfeônico é instituído como disciplina obrigatória no Rio de Janeiro, através do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, outorgado pelo presidente Getúlio Vargas, que dispunha sobre a organização do secundário no Distrito Federal (LOUREIRO, 2003). A pesquisadora Souza (2008, p. 311) aponta que esse decreto seria, na realidade, uma “reforma educacional empreendida por Francisco Campos”, que instituiu “uma estrutura orgânica ao ensino secundário brasileiro”. No decreto supracitado, é estipulado que o ensino secundário fosse ofertado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial. A música, através do Canto Orfeônico, é incluída como disciplina no curso fundamental do secundário (que abrangia ainda o complementar), sendo ofertada em suas três primeiras séries (BRASIL, 1931). Em 1934, através do Decreto nº 24.794, entre outras providências, estende a abrangência do Decreto nº 19.890 a todo o território nacional, e amplia a obrigatoriedade a todos os “estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Educação e Saúde Pública”¹⁸ (BRASIL, 1934). O texto do dispositivo legal afirma que a disciplina era um “meio de renovação e de formação moral e intelectual”, além de ser uma das formas mais competentes de trabalhar o patriotismo no povo (BRASIL, 1934).

No ano de 1932, foi criada a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), em nível nacional, responsável por selecionar e criar material para a implantação do Canto Orfeônico, sendo Villa-Lobos o diretor entre 1932 e 1941 (LOUREIRO, 2001). Em 1942, através do Decreto-Lei nº 4.993, é criado o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO). Sob a direção de Heitor Villa-Lobos, a instituição surge visando a promover a sistematização da formação dos professores para trabalharem no projeto. Além da formação dos professores, o CNCO deveria promover “a pesquisa visando à restauração das obras de arte brasileira”, produzindo, também, material didático para ser usado em território nacional, como a gravação de hinos e organização de métodos (LOUREIRO, 2003).

No âmbito estadual, a Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, através do decreto nº 8020 de 1939, estabeleceu o programa mínimo a ser seguido nas escolas primárias do estado. Tal medida estava ligada à perspectiva de homogeneização e centralização do ensino em nível estadual e federal. Com o objetivo de estabelecer um ensino uniforme, foram desenvolvidos programas para as disciplinas de linguagem, matemática, estudos sociais, estudos naturais, desenho, artes aplicadas e música (BASTOS, 2005).

De acordo com o Programa de Música de 1939, Decreto nº 8020, os objetivos gerais para a disciplina de música seriam:

- a) Levar a reconhecer na música um meio de expressão e fonte de gozo estético.

b) Rodear a criança de estímulos e criar situações favoráveis à formação de hábitos e atitudes indispensáveis à consecução do primeiro objetivo, ou seja, “musicalizar” a criança (RIO GRANDE DO SUL, 1939).

O Programa estipulava ainda *objetivos específicos, normativa e mínimo a alcançar* para cada ano do ensino primário. As *normativas* davam algumas instruções sobre como proceder no ensino, já o os itens previstos em *mínimo a alcançar* tratavam dos conteúdos básicos que cada ano deveria desenvolver. As diretrizes propostas para o ensino musical, expostas através dos objetivos específicos para cada ano, evidenciavam algumas habilidades para serem desenvolvidas, como apreciar de forma interessada (senso estético), desenvolver o senso rítmico, enaltecer a expressão e naturalidade ao cantar. A partir do quarto e quinto anos, há a inserção de aspectos da teoria musical no currículo. No quinto ano, o aluno já deveria ter a habilidade de ler, à primeira vista, melodias consideradas fáceis.

Avancini (2000) salienta que as obras de Villa-Lobos, em especial o Guia Prático, Estudo Folclórico Musical e o Canto Orfeônico v.1 e v.2, constituíram a base de referência de todos os maestros e músicos que trabalhavam com coros e Canto Orfeônico. Em contexto gaúcho, saliento a escrita do livro *Hinos e Canções Escolares: Noções de Solfejo* pelo Padre Frederico Maute. O livro traz 65 cantos com letra e música: 25 hinos patrióticos e comemorativos, 9 cantos relativos ao cotidiano escolar, 8 cantos religiosos, 8 cantos sobre a natureza e a sua preservação, 6 canções de trabalho e 3 cantos de amor e saudade. Esse livro foi recomendado pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, de acordo com Avancini (2000). O Padre Frederico Maute escreveu, além desse livro, um outro, publicado em 1959, com o título de *Coros Orfeônicos*.

Apresentamos uma relação do repertório das canções que estiveram presentes na cultura das festividades do GEF, refletindo que tais canções fossem ensaiadas durante o período de aulas pelas professoras. Tal levantamento toma por base os registros dos livros: *Diário da Escola (1939-1944) Atas Cívicas do CPM*, livro de *Ata das Comemorações do Grupo Escolar Farroupilha (1942-1949)* e o livro de *Atas cívicas - Trabalhos relativos CPM - Grupo Escolar Farroupilha (1940-1951)*.

As fotografias do Acervo Fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, que pertence à instituição, também são usadas como indícios sobre as comemorações. De acordo com Müller (2011), a fotografia é uma fonte histórica possível se “a compreendermos com um fragmento de realidade, um aspecto do passado, cujo registro foi decisão de um autor, que também optou por fixar este ou aquele dado” (MÜLLER, 2011, p. 48).

A cultura escolar produzida no GEF estava permeada por diversas comemorações e festividades. O calendário festivo do GEF era amplo e diversificado, com comemorações previstas e realizadas em praticamente todos os meses de funcionamento da instituição, como se identifica no quadro 2.

Quadro 2 - Celebrações do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1945)

Mês	Celebrações do calendário do Grupo Escolar Farroupilha
Março	Abertura das aulas e Semana da Criança ⁸⁴⁹ .
Abril	Dia do Pan-americano, Aniversário de Getúlio Vargas (Dia do Índio) e Tiradentes.
Maiο	Dia do Trabalho, Descobrimento do Brasil, Abolição da Escravatura, Comemoração da Batalha de Tuiuti.
Junho	Dia do Trigo e Batalha do Riachuelo.

8 A partir de 1944 a Semana da Criança passa a ser comemorada no mês de outubro.

Julho	-
Agosto	Dia do Soldado.
Setembro	Independência do Brasil, Dia da Árvore, Semana da Primavera, Dia do Gaúcho, IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, Dia do Estudante.
Outubro	Descobrimiento da América, Dia do Professor e Semana da Asa.
Novembro	Liga da Defesa Nacional, Proclamação da República, Dia da Bandeira, Comemoração do Aniversário do Estado Novo.
Dezembro	Encerramento das aulas.

Fonte: Adaptado de Fernandes (2015), junto ao livro de *Atas de Comemorações do GEF (1942-1949)*.

Por ser um momento em que a comunidade estava mais presente no contexto da instituição, as comemorações suscitavam organização prévia. Como afirmam Teive e Dallabrida (2012, p.159), “festas escolares eram momentos em que os grupos escolares se abriam e se apresentavam às suas respectivas comunidades locais, os diretores as distinguiam por meio de uma programação sofisticada”.

Nos registros escritos do livro de *Atas de Comemorações de 1942-1949*, por exemplo, cada festividade contava com um roteiro de atividades que havia sido realizado. Todas as atas seguiam um padrão: identificação da ata pela numeração no centro da primeira linha da página, na sequência um cabeçalho indicava o dia da realização da atividade, as professoras e autoridades presentes, a data que estava sendo comemorada. Abaixo eram listadas as atividades desenvolvidas. Os registros indicavam o título da atividade e se havia sido uma leitura, uma poesia, um canto, uma dramatização, uma demonstração de educação, enfim, o tipo de atividade desenvolvida.

Dentro das possibilidades de análise e organização, as canções foram separadas em três seções para serem analisadas mais profundamente: canções folclóricas, canções patrióticas e hinos. No quadro 3, apresentamos a relação das canções folclóricas, que serão abordadas logo em seguida.

Quadro 3 - Relação de canções folclóricas.

Canções Folclóricas	
A borboleta	Erabuta
A mocidade	Estudante Sonolenta
Aheinländer (bailado)	Fado das ruas
Arabutã	Fidelidade dos Farrapos
Ave Maria	Guarany
Aviadora	Luar do Sertão
Bailado das flores	Margarida vai à fonte
Bailado dos índios	Meu jardim
Bailado Regional português	Moço que não tinha papel
Bailado Aheinländer	Morena minha morena
Bailado ora vai tu	No wou
Bailado os índios	O boi barroso
Bailado os patinhos	O Carangueijo
Bailado Primavera	O destino falhou (valsas)

Bailado Velha Gaita	O palalho
Canção do Agricultor	O Zabonio
Canção do Aviador	Os pequeninos
Canção do Expedicionário	Pirolito (canção de toada portuguesa)
Canção do Soldado	Pirulito (canção de roda)
Canção da Mocidade	Primavera Brasileira
Canção Hespanhola	Rsteplau
Canto à Arvore	Santa Cruz
Crisântemo	
Deus ama as crianças	

Fonte: Santos (2018).

Dentre as músicas apresentadas no quadro acima, inicio ressaltando a presença de uma prática recorrente nos programas de comemoração do GEF: os bailados. Foram identificados os seguintes números nestes moldes: O Bailado das Flores, Bailado dos Índios, Bailado Regional Português, Bailado Aheinländer, Bailado Ora Vai Tu, Bailado da Primavera, Bailado dos Patinhos e o Bailado da Velha Gaita.

Figura 4. Bailado da Primavera (1943)



Fonte: Acervo da Biblioteca Euclides da Cunha – GEF.

Neste contexto e, a partir dos registros fotográficos, compreendo o bailado como uma apresentação com música na qual os alunos realizavam coreografias para interpretá-las. Como sugere a imagem acima, que retrata uma turma de meninas, devidamente organizadas em filas, com o mesmo passo sendo realizado. Nesse tipo de apresentação, a utilização de adereços era recorrente e valorizada. No caso da fotografia, as alunas utilizam um arco ornamentado com flores.

Relativo ao Bailado da Primavera, apresentado em 1943 e registrado em fotografia, inferimos que a música que acompanha tal coreografia possa ser a canção “Primavera”, de autoria

de Francisca Vasconcellos.

Figura 5. Partitura da Canção Primavera

PRIMAVERA

Letra de Irene Lyra Música de Francisca N. de Vasconcellos

Allegretto gracioso

Lá vem a Pri-ma-ve-ra es-pa-

-lhan-do su-as flô-res e traz no mei-o delas bor-bo-

1ª VEZ 2ª VEZ FIM

-le-tas de mil cô-res. Lá -le-tas de mil cô-res.

Co-mo é bo-ni-to ver o bo-tão-

-zi-nho a-brir, de- pois le-var a flor pra Ma-

1ª VEZ 2ª VEZ Al

-mãe sor-rir! -rir! Lá

211

Fonte: INEP (1955, p. 211).

A letra aborda aspectos da estação, enaltecendo a beleza das flores e das borboletas. Avancini (2000) reforça que a natureza era uma forte temática das canções do período, as quais apresentavam elementos da natureza, um acento ecológico explicitado pelas letras incentivando a preservação.

Destaco ainda outra canção indicada no quadro (3) anterior. Em relação à Canção da Mocidade, a letra enaltece a relação entre a mocidade, a alegria e a sinceridade. Tal idade é apresentada como uma juventude que sonha e projeta seus ideais, na qual o vínculo entre civismo e mocidade ocorre através do culto à bandeira (AVANCINI, 2000).

Figura 6. Trecho da partitura Canção da Mocidade



Fonte: S.J MAUTE (1935).

Luar do Sertão é uma canção que traz um tema popular do nordeste, em que Catulo da Paixão Cearense aborda o tema de amor à terra. O acento da canção é a região, mas, de acordo com Avancini (2000), “o canto sertanejo é algo incorporado à vida nacional e cantado de norte a sul do país, haja visto o sucesso das duplas caipiras e sertanejas ainda hoje no mercado musical” (AVANCINI, 2000, p. 217).

Figura 7. Partitura Luar do Sertão



Fonte: SJ MAUTE (1935).

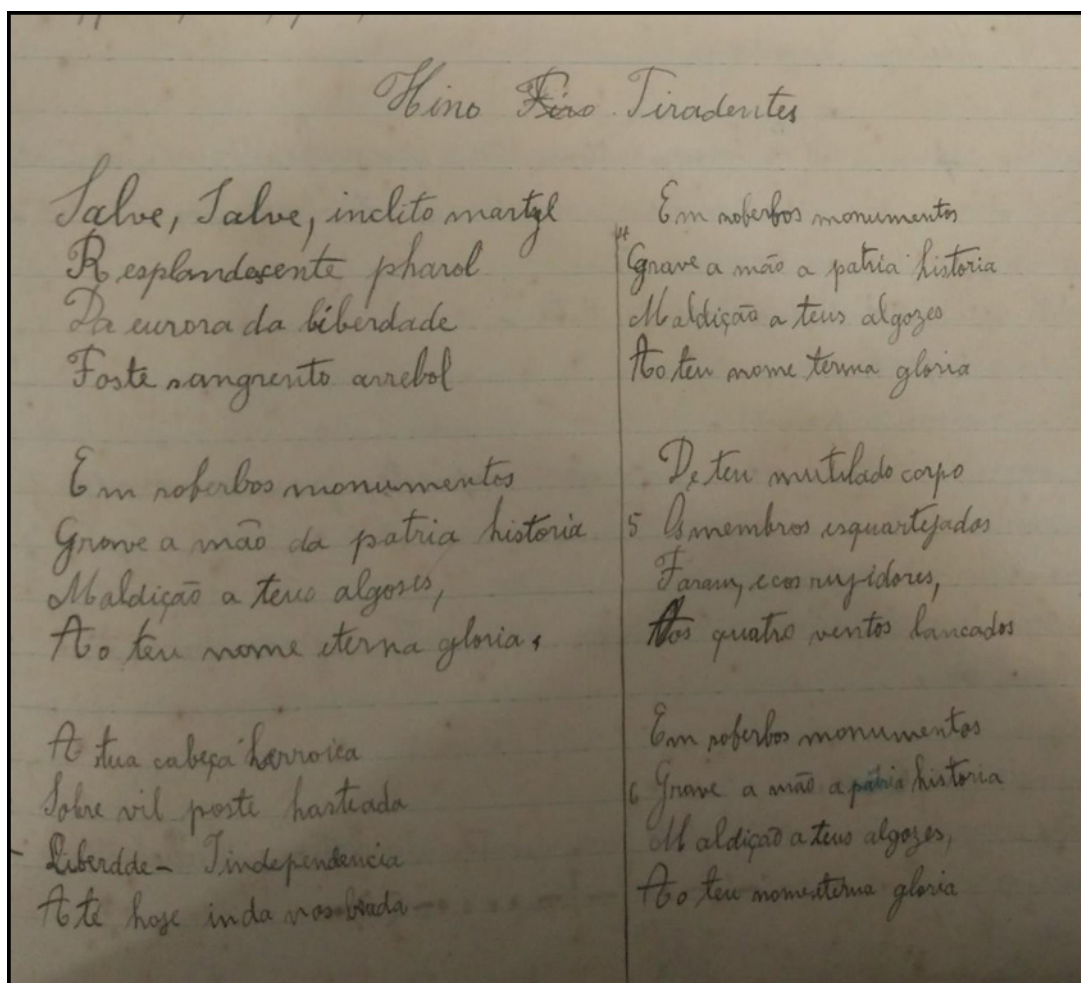
Durante o período do Estado Novo, a queima das bandeiras locais foi um ato simbólico representativo de um desejo de unidade nacional. Tal perspectiva se implantou não somente pela anulação do regional, mas por sua incorporação ao nacional. Nesse sentido, canções como “Prenda Minha”, dos gaúchos, aparece nos livros de canto dos maestros e professores nordestinos, assim como “Luar do Sertão” e “Asa Branca” estão em todos os hinário gaúchos (AVANCINI, 2000, p.321).

Essa situação aplicava-se também ao canto “Boi Barroso”, típico do folclore gaúcho, presente no contexto do GEF e que constava em vários hinários em âmbito nacional (AVANCINI, 2000).

Boi Barroso foi na roça, sem licença do patrão. Come milho, come abóbora, deixa o resto pro patrão. Adeus, priminha, que eu vou embora. Não sou daqui, sou lá de fora. Meu boi barroso, meu boi pitanga. O teu lugar é lá na canga. Meu boi barroso que eu já tinha perdido. Deixando o rastro da areia foi logo reconhecido. Montei no cavalo escuro, trabalhei logo de espora. E gritei; apeta, gene, que o meu boi vai se embora. No cruzar de uma picada, meu cavalo relinchou. Dei de rédea para a esquerda e meu boi atropelou. Ajudai-me companheiros não me deixem morrer só. Ali vem o boi barroso estralando o mocotó. Nos tentos levava um cão com vinte e cinco rodilhas. Para laçar meu boi barroso, lá no lato das coxilhas. Eu mandei um laço de couro do jacaré. Para laçar meu boi barroso no meu pingo pangaré (AVANCINI, 2000, p. 248)

Avancini (2000) relaciona o ensino de história e o ensino de música. A autora aponta que em todos os hinários escolares constam um cuidado em relacionar as homenagens aos heróis pátrios nos cultos comemorativos escolares, como se identifica no registro escolar abaixo:

Figura 8. Hino a Tiradentes - Registro de 05.06.1935



Fonte: Adaptado do livro *Diário dos Alunos GEF (1935)*

Em relação às canções histórico-patrióticas, eram, em geral, marchas e canções de exaltação. Trazem implícita a ideia de ordem e disciplina, especialmente quando na organização de pessoas em fila, sincronizadas em um passo atrás do outro. Nesse cenário de valorização dos sentimentos e valores cívicos, os desfiles patrióticos ocupavam lugar de destaque na programação. De acordo com Bencostta (2005), os desfiles patrióticos dos grupos escolares eram vistos como forma de reforçar os valores cívicos. Especialmente porque tais festividades eram organizadas de tal forma a comporem a vida social da comunidade. As datas cívicas ocupavam, dessa forma, os pontos altos dentro dos programas dos calendários escolares, eram “datas em que as afetividades políticas eras postas em cena, não deixando de se manifestar o estreitamento de laços de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores, funcionários e familiares” (BENCOSTTA, 2005, p. 76).

Vários fatores favorecerem o declínio do Canto Orfeônico. O final do Estado Novo em 1945, com a queda de Getúlio Vargas, enfraquece a força do movimento do canto na escola, visto que o reforço ao nacionalismo vai perdendo intensidade. Entretanto, ele não acaba. Um indício forte de que o Canto Orfeônico ainda tinha fôlego enquanto movimento educacional é o Decreto nº 41.926 de 30 de julho de 1957, que aprova o Regimento do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, sancionado por Juscelino Kubitschek (BRASIL, 1957). Mesmo em governos que possuem um clamor mais populista, o Canto Orfeônico preservou seu espaço até 1961.

Considerações Finais

Os estudos na perspectiva teórica e metodológica da história cultural possibilitaram nas últimas décadas uma abertura temática para pesquisas no campo da história da educação, por exemplo, do ensino de música, das representações e práticas produzidas culturalmente em um determinado espaço e tempo, o que pude identificar nesta dissertação. Além disso, no ensino de música analisado a partir de uma instituição escolar, entre 1938-1945, momento áureo do canto orfeônico, estão imbricados a história e o desenvolvimento de um município a outras práticas culturais, como as bandas que caracterizam a organização social e do viver em comunidade.

O recorte temporal deste estudo foi delimitado tendo em vista um período de recessão do estado democrático no país, o Estado Novo. Ressalto que, especialmente frente ao momento político que passa nosso país, estudar e pesquisar tal tema foi importante para a compreensão e concepção da realidade.

À escola cabia o papel de reforçar e inserir identidades a serem fabricadas, as festividades foram práticas escolares utilizadas para a valorização e afirmação da identidade do “novo” cidadão que se pretendia formar: o que honrava sua pátria, alegrava-se em viver em seu país e, por isso, orgulhava-se em trabalhar em prol de uma nação saudável.

No cenário do projeto nacionalista, o ensino musical surge com as propostas e repertório alinhados a essa prática, e ganha força enquanto implantação justamente devido a esses elementos de louvor à pátria. Elevado em âmbito nacional por Villa-Lobos, o canto orfeônico ganha espaço em sala de aula, adquirindo mais legitimidade com o amparo em legislação que garantia a sua presença em sala de aula.

No Rio Grande do Sul, o ensino de música, tomando por referência especialmente o Programa de Música de 1939, o espaço para esse saber é reservado e orientado. O documento indica habilidades a serem trabalhadas, como apreciação de forma interessada (senso estético), desenvolvimento do senso rítmico, enaltecimento da expressão e naturalidade ao cantar. Há uma ênfase também no aprendizado da leitura e da escrita musical.

De modo genérico, reitero nas considerações finais que o ensino de música no GEF esteve relacionado especialmente com as festividades, no repertório empreendido, a influência e presença das bandas na comunidade local. As fontes permitiram uma aproximação e análise a partir dos títulos das canções e músicas registrados nas atas de comemorações em livros guarnecidos no arquivo da instituição. Partindo de tais representações, o repertório foi segmentado em três seções: canções folclóricas, canções com teor patriótico e hinos. Sobre as

canções folclóricas, saliento a temática da natureza, do trabalho e da fé presente nas canções.

Referências

AMARAL, Giana Lange do; WEIDUSCHADT, Patrícia; CASTRO, Renata Brião. O Almanak escolar do estado do Rio Grande do Sul de 1935: apontamentos sobre os professores dos colégios elementares e grupos escolares. In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bitencourt. **Colégios Elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. **O canto orfeônico escolar e a formação da identidade no Brasil (1937-1961)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre/RS.

BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA; Elomar Callegaro. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul. In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2014, p. 71-118

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio Frei; POSENATO, Júlio. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre: EST; EDUCS, 1982 4v.

BENCOSTTA; Marcus Levy Albino. Arquitetura e Espaço Escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). IN: BENCOSTTA, Marcos Levy Albino (Org. História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

CHARTIER. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949)**. Dissertação (Mestrado em) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

GARDELIN, Mário. CANÇÕES POPULARES, p. 332. In: **Centenário da Imigração Italiana: 1875-1975**. Porto Alegre: Edel.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha- ex-Colônia Particular Sertorina**. Caxias do Sul: Editora do Autor, 1989.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História de Educação Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HORTA, José Silverio Baía. A política educacional do Estado novo. In: SAVIANI, Dermival. **Estado e Política Educacionais na História da Educação Brasileira**. Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil. 2010. Volume 2. p. 281-314.

INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). **Música para a escola elementar**. Rio de Janeiro – Brasil, 1955.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1 jan./jun. 2001

LE GOFF, Jean Jaques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

MEDEIROS, Ruy Herman Araújo. Arquivos escolares. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARD, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A pesquisa e a preservação de Arquivos e fontes para educação, cultura e memória**. 2. ed. ver. Campinas: Alínea, 2012.

MONTEIRO, Ana Nicolaça; SOUZA, Rosa de Fátima de. Educação e Nacionalismo: a história do Canto Orfeônico no ensino secundário brasileiro (1930-1960). **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v. 7, n. 13, abr. 2003.

MONTEGUITTI, Ivo; GIACOMEL, Miriam Teresa; DALL'OSBEL, Simone Ana. **Farroupilha ontem e hoje: subsídios**. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha. 1993.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. **As aparências enganam? Fotografia e pesquisa**. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli; Rio De Janeiro: FAPERRJ, 2011

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; COSTANTINO, Núncia Santoro de. **De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960)**. Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005.

SANTOS, Deise da Silva. Memórias e práticas do ensino de música no Grupo Escolar Farroupilha/RS (1938-1945). 2018. 189f. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

SANTOS, Deise da Silva; SOUZA, José Edimar de. O ensino de música no Grupo Escolar Farroupilha (1938-1945): memórias e práticas. In: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas**. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 63-99.

SOUZA, José Edimar de. **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950): ensino, cultura e práticas escolares**. 1a. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

S.J MAUTE, Frederico. **Hymnos e Canções Escolares. Noções de Solfejo**. Porto Alegre– Brasil, 1935.

TARTAROTTI, Raul Pedro. **Farroupilha: história de uma cidade**. Porto alegre: Ponto & Vírgula Editora, 2014

TEIVE, Gladys Ghizoni; DALLABRIDA, Noberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

TRENTIN, Ortelina Dileta. **Emancipação de Nova Vicenza: Farroupilha**. Caxias do Sul, RS, 2002. ca89f. Monografia (Especialização em História) - Universidade de Caxias do Sul, 2002

Fontes documentais:

BRASIL. **Decreto nº 19.890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://goo.gl/y2mYwd>> Acesso em: 25.abr.2017.

_____. **Decreto nº 8020**, de 29 de novembro de 1939. Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. Porto Alegre, 1939. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99748/Legislacao%20Dezembro%201939.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 28.nov.2020.

Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano, Ano XLIV, nº 271. Porto Alegre, 24 de novembro de 1927. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03.mar.2018.

Fotografia da Banda Santa Cecília - Nova Milano (Década de 1920). Acervo do Museu da Casa de Pedra.

Fotografia da Banda de Música de Caravaggio (1927) - Acervo particular de Rita Viecilli (1927).
Fotografia do Bailado da Primavera (1943) - Acervo da Biblioteca Euclides da Cunha – GEF.

Recebido em 22 de dezembro de 2020.

Aceito em 12 de fevereiro de 2021.